

## **GOVERNO PROIBE ÍNDIOS DE GARIMPAR EM SUAS TERRAS, MAS ACELERA APROVAÇÃO DE PROJETO DE MINERAÇÃO EM ÁREAS INDÍGENAS**

### **Campanha contra o projeto de autonomia dos índios Waiãpi, Amapá**

Os índios Waiãpi tem demonstrado, ao longo dos últimos anos, capacidade de controle sobre sua terra, demarcada e homologada graças a sua intensa participação. Uma terra que está livre de invasões por força do controle que eles mesmos vem exercendo por muitos anos sobre seus limites. Essa terra indígena continua, entretanto, alvo de interesses dos setores que propagaram, em outras regiões da Amazônia, destruição e morte de inúmeros grupos indígenas. Agora, por conta da interferência de agentes reconhecidamente envolvidos com este modelo destrutivo, está ocorrendo naquela área um gravíssimo retrocesso no que toca ao respeito dos direitos indígenas e às diretrizes de projetos e acordos internacionais, como o Programa Piloto para Conservação de Florestas Tropicais / G7, que tem avançado na implantação de alternativas de desenvolvimento em forma participativa, socialmente e ambientalmente sustentáveis.

### **Articulação entre funcionários da Funai, missionários evangélicos e parlamentares ligados à garimpeiros contra os índios Waiãpi, seus projetos de autonomia e a preservação de seu território tradicional**

O ouro da terra Waiãpi interessa aos setores representados pelo Deputado Federal Antonio Feijão (PSDB/AP), que desde 1993 move campanha contra os índios Waiãpi e contra o Centro de Trabalho Indigenista, entidade parceira dos índios no seu processo de construção

de autonomia. As almas dos Waiãpi são objeto de desejo de uma missão de fé, a New Tribes Mission, que também participa ativamente desta campanha, sob os auspícios do modelo assistencialista que a política indigenista governamental vem reforçando nos últimos meses. O controle paternalista do futuro do povo Waiãpi é o alvo dos funcionários da ADR Funai local que, para sustentar sua permanência no órgão, defendem práticas autoritárias contestadas pelos Waiãpi. Esse modelo vem sendo contestado por muitos outros grupos indígenas no país.

## Campanha difama Ong que apoia índios

A articulação entre o Deputado Antonio Feijão e funcionários da administração local da Funai em Macapá, resultou numa campanha de difamação contra o Centro de Trabalho Indigenista, organização não-governamental que vem apoiando, desde 1991, demandas concretas da comunidade Waiãpi, representada pelo Conselho das Aldeias / Apina, nas áreas de educação, saúde, controle territorial e implantação de alternativas econômicas em formato social e ambientalmente sustentável. Todas essas ações são discutidas e executadas com a intensa participação das aldeias Waiãpi; como os programas do CTI na área são, sempre, fruto de iniciativas dos índios, eles se consideram autores dos projetos, cuja gestão eles pretendem assumir, com apoio da capacitação que o CTI vem lhes fornecendo. Há dois meses, em decorrência da campanha de calúnias contra o CTI, todas essas atividades, foram interrompidas: o programa de saúde, realizado em convênio com a Secretaria de Saúde do Estado do Amapá; o programa de educação, também em parceria com órgãos estaduais, financiamento da Rainforest Foundation da Noruega e apoio do MEC; o programa de vigilância da Terra Waiãpi, executado em parceria com a Funai e recursos do PPTAL. E um programa de despoluição e recuperação ambiental de uma porção central da área indígena, devastada pelos garimpeiros invasores na década de 70, e que seria executado com apoio do Ministério do Meio Ambiente PD/A.

No final do ano passado, a implantação deste projeto piloto foi suspensa pela Procuradoria Geral da República no Amapá. Desde então, com base em informações parciais, levantadas pelo único geólogo da Funai, Múcio Nobre da Costa Ribeiro, o Procurador da PGR/Ap, João Bosco Araújo Fontes Junior reitera uma tese duplamente equivocada:

- de que o CTI desenvolve atividades de “mineração” na área Waiãpi;
- de que os Waiãpi não podem exercer atividade de faiscação de ouro aluvionar em suas próprias terras.

A atividade de garimpagem de ouro aluvionar que os Waiãpi assumiram há mais de dez anos, como parte de suas atividades de controle territorial e num formato socialmente e ambientalmente não predatório (sem uso de mercúrio e com recomposição das áreas trabalhadas), vê se agora sob suspeita de ilegalidade. Apoiando-se na tese do geólogo da Funai, o Procurador da República no Amapá não reconhece aos índios nem o direito nem a capacidade de realizar essas atividades e esquece-se que ela está prevista no artigo 44 do Estatuto do Índio.

## Funai e Procuradoria no Amapá não ouvem os índios

Os representantes da maioria das aldeias Waiãpi e o Conselho das Aldeias vem insistentemente desmentindo as calúnias lançadas contra o CTI e pedem a normalização e continuidade dos trabalhos realizados por esta entidade. Uma caravana de 8 chefes foi a Brasília, em junho; os jovens secretários do Conselho das Aldeias vem produzindo documentos, cartas e incansavelmente procuram ser ouvidos pela imprensa. Mas, no Amapá, suas vozes são caladas, a favor da posição da Funai local.

O Procurador Bosco, por sua vez, tem se recusado a ouvir o posicionamento da maioria da comunidade Waiãpi - tanto no que diz respeito ao projeto de recuperação ambiental quanto no que se refere às demais parcerias com o CTI - chegando até a repelir os líderes que foram procurá-lo na sede da PGR, valendo-se da presença da Polícia Federal. Não respeitando a forma de organização e representação que os Waiãpi construíram através do Conselho das Aldeias / Apina, o Procurador se

limita a ouvir a posição de dois chefes de um grupo local dissidente, que não representam a “comunidade” Waiãpi nem a maioria das aldeias representadas no Conselho.

A Funai, por sua vez, em sintonia com os missionários evangélicos que apoiam os dois líderes dissidentes e um jovem destribalizado, vem acirrando esta dissensão minoritária, insuflando esses indivíduos a ficarem contra o Conselho das Aldeias.

Com as últimas trocas de presidente da Funai, os protestos e pedidos de apoio que os líderes e o Conselho das Aldeias encaminharam à sede do órgão não foram atendidos. Os Waiãpi, para quem esta guerra de papéis é uma experiência nova e extremamente desgastante, continuam aguardando respostas da Funai. Mesmo cansados, lançam-se agora na organização de uma reunião da Rede Nacional dos Direitos Humanos (do Ministério da Saúde) a ser realizada na aldeia Aramirã, no dia 19 de outubro.

## Campanha resulta em ações judiciais e policiais

Desde junho, os assessores do CTI estão sendo alvo de ações judiciais. Entre elas, o Inquérito Policial número 067/97 instaurado a pedido do Ministro da Justiça, para apurar “possível exploração de ouro em área de reserva indígena bem como o uso indevido de imagem dos índios” pela antropóloga Dominique T. Gallois, docente da Universidade de São Paulo, que desde 1978 vem realizando pesquisa etnológica entre os Waiãpi e desde 1991 coordena o Programa do CTI que atende à demandas concretas formuladas por estes índios.

Paralelo à iniciativa deste inquérito, a Funai local, no dia 11 de agosto, solicitou à Polícia Federal retirar da área a equipe do CTI, responsável pela execução dos programas de saúde e de vigilância. Policiais armados com metralhadoras invadem a aldeia Aramirã e dirigidos pelos funcionários da Funai, retiram a médica Maria Bittencourt e o indigenista Fausto Campolli, assim como quatro auxiliares de enfermagem. Os índios

que tinham assumido a volta da equipe - que havia se retirado por iniciativa própria um mês antes - tentam impedir a ação mas, novamente, não são ouvidos e atendidos.

Pouco depois, o Procurador da República no Amapá, João Bosco Araújo Fontes Junior, encaminha ao Juiz Federal em Macapá, uma Ação Civil Pública com pedido de liminar, contra a União (Ministério do Meio Ambiente), a Funai e o CTI. O juiz federal em Macapá acata o pedido e determina na liminar:

- proibir a implantação do Projeto *Recuperação Ambiental e Despoluição de Áreas da Terra Waiãpi degradadas por garimpo* (de autoria do CTI e do Apina, com financiamento do MMA/PD-A);
- determinar a retirada e proibição de ingresso de qualquer representante o técnico do CTI da área indígena Waiãpi, diante da "nocividade de sua presença para os índios" alegada pelo Procurador Bosco;
- determinar à Funai que retome todo o trabalho de assistência à população Waiãpi "eventualmente" prestado pelo CTI;
- assegurar aos servidores da Funai o livre acesso na reserva indígena, advertindo-se aos membros da comunidade sobre a ilegalidade da manutenção de atividades de garimpagem que deverá ser imediatamente cessada.

Aproveitando-se da liminar, a Funai determina, através da Portaria 754, a suspensão provisória de todas as atividades e convênios firmados com o CTI em vigor na Terra Indígena Waiãpi.

**Governo não quer que índios garimpem em suas terras, mas acelera aprovação de projeto de mineração em áreas indígenas**

Se os índios estão sendo impedidos de exercer, com exclusividade, uma atividade que lhes é garantida pelo artigo 44 do Estatuto do Índio, é

certamente porque o ouro de sua terra deve ter, para os articuladores da campanha difamatória, um outro destino.

Uma coincidência recente que não pode deixar de ser mencionada é a pressa com que parlamentares ligadas à setores garimpeiros vem tentando aprovar no Congresso Nacional o Projeto da Lei Jucá, que permite a mineração em terras indígenas. O Projeto já foi aprovado no Senado, com recomendação para aprovação em regime de urgência urgentíssima na Câmara. Com apoio do Palácio do Planalto, os interessados em regulamentar a mineração em áreas indígenas, pretendem evitar seu exame pela Comissão de Minorias e Meio Ambiente.

## Autoritarismo e retrocesso

Há uma contradição preocupante entre a possível abertura das terras indígenas aos interesses econômicos e a imposição de um modelo protecionista autoritário, que nega aos índios, voz e capacidade de estabelecer parcerias que contribuam à construção de sua autonomia.

As atitudes tomadas pela Funai em Macapá são efetivamente um retrocesso preocupante no atual contexto, quando se sabe que a Funai não tem hoje condições de desenvolver qualquer programa que apoie os índios a construir por eles mesmos e com dignidade, seu futuro. Limitar os índios a um assistencialismo via de regra deficiente, comprovadamente tem contribuído apenas em abrir as portas à cooptação dos índios por parte de setores interessados na exploração e destruição das terras e das vidas indígenas.

Centro de Trabalho Indigenista  
Tel: 011 – 8133450 - Fax:011 – 8130747

Dominique Tilkin Gallois - Departamento de Antropologia / USP  
Tel: 011 – 8183301 – Fax: 011- 8183156 (NHII/USP)